

# COLÉGIO DOM ALANO E O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO NO ENSINO MÉDIO EM PALMAS – TOCANTINS

## DOM ALANO HIGH SCHOOL AND THE POLITICAL PEDAGOGICAL PROJECT IN PALMAS – TOCANTINS

Maria De Lourdes Leoncio Macedo 1

Darlene Araújo Gomes 2

Jocyleia Santana Dos Santos 3

**Resumo:** O estudo tem por objetivo discutir sobre a contribuição do Projeto Político Pedagógico (PPP) no desenvolvimento e fortalecimento da área de ciências humanas no ensino médio no Colégio Estadual Dom Alano Mary Du Noday, localizado em Palmas, Capital do Estado do Tocantins, região amazônica brasileira. A pesquisa é qualitativa, bibliográfica e de análise documental. O Projeto Político Pedagógico da unidade de ensino segue os padrões orientativos da Secretaria de Educação, no entanto, em relação à contribuição do PPP da unidade de ensino, referente à área de ciências humanas e sociais aplicadas, condiz com o que estabelece as diretrizes curriculares preconizadas nos marcos legais e documentos normativos nacionais que tratam sobre o ensino de história. No PPP observa-se a ênfase em ações alusivas às datas comemorativas em detrimento de temas que fomentariam a formação da consciência histórica. Desse modo, concluímos que o PPP caminha na mesma perspectiva do que propõe a BNCC, ou seja, não valoriza a área de ciências humanas.

**Palavras-chave:** Projeto Político Pedagógico. Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Novo Ensino Médio.

**Abstract:** The aim of this study is to discuss the contribution of the Pedagogical Political Project (PPP) in the development and strengthening in the human sciences area in high school at the Dom Alano Mary Du Noday State College, located in Palmas, the capital of the state of Tocantins, in the Brazilian, Amazon region. The research is qualitative, bibliographical and document analysis. The school's Political Pedagogical Project follows the guidelines of the Department of Education. However, in relation to the contribution of the school's PPP to the area of applied human and social sciences, it is in line with the curricular guidelines set out in the legal frameworks and national normative documents that deal with the teaching of history. The PPP emphasises actions related to commemorative dates, to the detriment of themes that would encourage the formation of historical awareness. We therefore conclude that the PPP follows the same line as the BNCC, i.e. it does not value the human science area.

**Keywords:** Political Pedagogical Project. Humanities and Applied Social Sciences. New Secondary Education.

- 
- 1 Doutoranda em educação (UFT-EDUCANORTE). Mestre em educação (UFT). Graduada em História (UEM). Professora da rede estadual de ensino do Tocantins. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5911808734574093>. E-mail: [malutocantins@gmail.com](mailto:malutocantins@gmail.com)
  - 2 Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Amazônia (PGEDA - Rede EDUCANORTE - Polo UFT). Mestre em Educação pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado do Pará (UEPA). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9293871915926744>. E-mail: [lenegomes4@gmail.com](mailto:lenegomes4@gmail.com)
  - 3 Pós-doutorado em Educação (UEPA). Doutora em História (UFPE). Mestre em História (UFPE). Coordenadora do Polo Tocantins do Doutorado em Educação na Amazônia - Rede EDUCANORTE/PGDEA. Coordenadora do Mestrado Acadêmico em Educação (PPGE/UFT). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8198025782417839>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2335-121X>. E-mail: [jocyleiasantana@gmail.com](mailto:jocyleiasantana@gmail.com)

## Introdução

O estudo tem como objetivo discutir sobre a contribuição do Projeto Político Pedagógico no desenvolvimento e fortalecimento da área de ciências humanas no ensino médio no Colégio Estadual Dom Alano Mary Du Noday, localizado em Palmas, Capital do Estado do Tocantins, região amazônica brasileira. Para embasar as discussões em relação ao Projeto Político Pedagógico (PPP), o aporte teórico fundamenta-se em Gadotti (1997), Veiga (1995, 2001, 2002), Luck (2002), Vasconcelos (2002, 2006) e Padilha (2005). Nesse contexto, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, lei n.º 9394/96, determina que as escolas adotem uma gestão democrática e participativa para que ocorra um efetivo envolvimento na solução dos problemas, assim como nas decisões a serem tomadas, o que influenciará diretamente na gestão da escola.

O estudo é qualitativo, bibliográfico e de análise documental e, dentre os documentos, encontra-se o Projeto Político Pedagógico do Colégio Estadual Mary Du Noday, ano de 2023, que oferta ensino fundamental, médio e EJA. No entanto, a nossa análise possui foco no ensino médio (EM) e nas ações e projetos pedagógicos que envolvem a área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Selecionamos dentro da Unidade Escolar a área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, pois é o objeto de estudo do curso de doutorado em educação que estamos desenvolvendo pesquisas, desta forma, conseguimos visualizar alguns pontos de análise deste objeto.

O papel do Projeto Político Pedagógico, em uma unidade de ensino, ilustra um documento macro de gestão em relação a todos os processos, especialmente, o pedagógico. Segundo as reflexões e argumentação de Freire (1959) que, embora não discuta o Projeto Político Pedagógico de forma direta, utilizando-se destes termos, foi além, abordou o planejamento educacional e defendeu que ele deve atender as demandas da sociedade em que a escola esteja inserida. “[...] Só assim é que pode funcionar o processo educativo, ora como força estabilizadora, ora como fator de mudança” (Freire, 1959, p. 8).

Portanto, é nessa perspectiva que se tece e apresenta as nossas reflexões em torno do documento. Isto pressupõe uma oportunidade de identificar as problemáticas e, de forma pedagógica, empreender melhorias e mudanças no percurso da execução do projeto. Destaca-se, portanto, a relevância do papel do PPP, a necessidade de compreensão do processo de construção e implementação, enfatizando a avaliação das ações, por meio de instrumentos coerentes e eficientes.

## O Projeto Político Pedagógico

De maneira geral, o termo projeto refere-se a algo que está sendo planejado, organizado, plasmado para o presente e futuro. A denominação de político relaciona-se a todas as decisões de ordem normativa e jurídica dentro de uma instituição. Além disso, a referência como pedagógico acena a tudo que está ligado direta e indiretamente ao fazer pedagógico em todos os espaços da escola, pois a grande missão da escola é atender o pedagógico, ou seja, criar espaços, projetos e ações, para que os estudantes evoluam dentro do processo de aprendizagem (Vasconcelos, 2002; Veiga, 2002; Padilha, 2005).

A LDB, em seu Artigo 12, destaca as incumbências dos estabelecimentos de ensino e dentre elas está a de “elaborar e executar a sua proposta pedagógica” (Brasil, 1996, on-line), que pode ser interpretada como o Projeto Político Pedagógico da escola. O Artigo 13 dessa Lei descreve a responsabilidade dos docentes na elaboração da referida proposta e o cumprimento de seu plano de trabalho. Dessa forma, evidencia-se o papel do professor de História na elaboração desse plano, uma vez que indicará ações na sua prática em sala de aula.

No Artigo 14, da mesma Lei, aponta que:

[...] Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:  
I - participação dos profissionais da educação na elaboração

do projeto pedagógico da escola (Brasil, 1996, p. 5).

Na norma, encontra-se reafirmada a participação dos professores na construção do Projeto Político Pedagógico, que fortalecerá, também, os planejamentos das aulas, uma vez que conhece a realidade da escola, onde a escola está e onde deseja chegar. Além disso, propicia a autonomia da prática pedagógica.

Ao se falar em Projeto Político Pedagógico (PPP), compreende-se uma sociedade democrática, uma vez que esse projeto precisa ser construído e executado a partir do envolvimento de todos os segmentos sociais que compõem a escola. Segundo Luck (2002), a participação democrática na gestão escolar é a grande conquista na construção de um PPP voltado para as necessidades daquela escola específica, e destaca que:

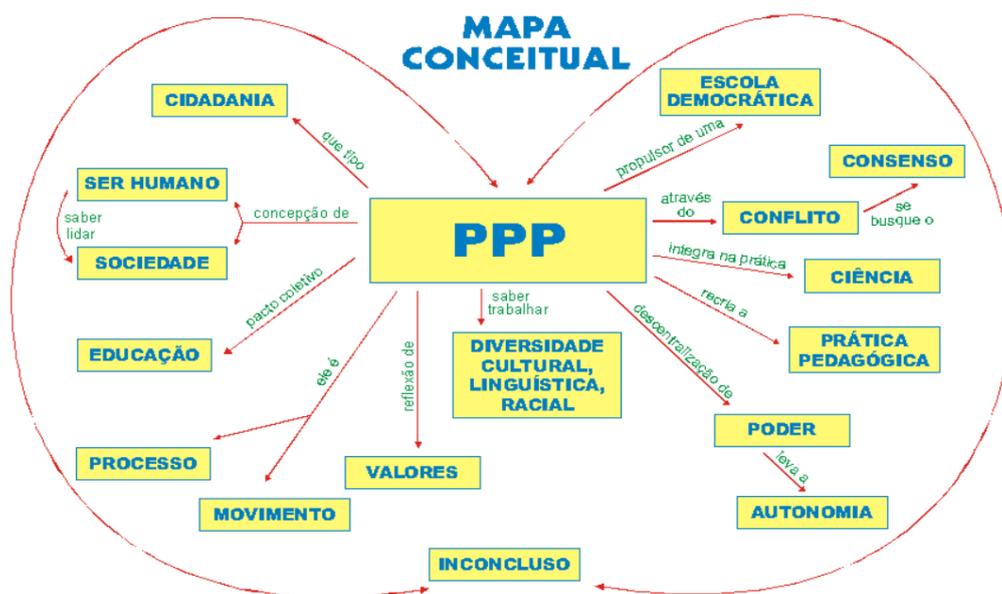
A participação democrática, no contexto da gestão escolar, deve estar pautada no conhecimento, de cada profissional que compõe a instituição escolar direta e indiretamente, dos papéis que cada um desempenha ou deveria desempenhar na escola, como a elaboração dos projetos e a construção dos documentos internos da escola, especialmente o Projeto Político Pedagógico (Luck, 2002, p. 62).

Portanto, a participação de todos na construção do PPP é de fundamental importância, tanto na visão de pesquisadores que tratam da gestão escolar quanto de autores que tratam sobre o Projeto especificamente. Nesse sentido, Gadotti (1997) afirma que a participação influi diretamente na democratização da gestão e na melhoria da qualidade do ensino. Conforme o autor, “todos os segmentos da comunidade podem compreender melhor o funcionamento da escola, conhecer com mais profundidade os que nela estudam e trabalham, intensificar seu envolvimento com ela e, assim, acompanhar melhor a educação ali oferecida” (Gadotti, 1997, p. 16).

Compartilhando a visão de gestão democrática, apresenta-se o conceito de Projeto Político Pedagógico que, segundo Vasconcelos (1956, p. 17), “é o plano global da instituição. Pode ser entendido como sistematização, nunca definitiva, de um processo de planejamento participativo, que se aperfeiçoa e se objetiva na caminhada”. Nesse viés, o referido autor afirma que o PPP é um documento que agrega todo o fazer da escola, em que deve conter todos os processos pedagógicos e de gestão da instituição de ensino, além da participação de todos os envolvidos, e nunca deve ser entendido como um documento pronto e acabado, haja vista que ele vai se aperfeiçoando com o passar dos anos e com os processos avaliativos do projeto.

Corroborando com as colocações de Vasconcelos (1956), o mapa conceitual aponta os caminhos construtivos do PPP e as quebras de paradigmas de um documento primordial numa gestão escolar. O mapa levanta os pontos de maior importância e que tendem a travar o desenvolvimento de um planejamento assertivo, destaca os valores fundamentais que devem constar neste documento, respeitando os lócus de cada espaço educacional e suas peculiaridades.

Figura 01. Mapa Conceitual PPP



Fonte: CEDAC (2016).

É importante destacar que as unidades de ensino possuem autonomia na construção de seu documento orientador da prática educativa, e uma escola que oferta o ensino médio, com as novas demandas, deve atender os pormenores e fortalecer o protagonismo juvenil.

Nessa perspectiva, Veiga (2002, p. 7) assevera o papel do Projeto Político Pedagógico como forma de organização do fazer pedagógico:

[...] A principal possibilidade de construção do projeto político-pedagógico passa pela relativa autonomia da escola, de sua capacidade de delinear sua própria identidade. Isto significa resgatar a escola como espaço público, lugar de debate, do diálogo, fundado na reflexão coletiva. Portanto, é preciso entender que o projeto político-pedagógico da escola dará indicações necessárias à organização do trabalho pedagógico, que inclui o trabalho do professor na dinâmica interna da sala de aula.

Para a autora, o PPP indica uma direção à escola na busca de soluções para as dificuldades a serem resolvidas, tenham elas cunho político, pedagógico, de gestão ou técnico. Assim, o professor de História precisa ser agente ativo no processo de construção do documento e pautar seu fazer pedagógico a partir dele. Veiga (1995, p. 43) afirma que o Projeto Político Pedagógico:

[...] é uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sócio político e com os interesses reais e coletivos da população majoritária. É político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade.

Contudo, mesmo devendo servir aos interesses majoritários, ou seja, atender a todos os segmentos que integram a escola, percebe-se uma gestão sempre vinculada à entidade mantenedora da Escola, nesse caso, a escola pública atrelada ao Estado. Ainda assim, o envolvimento no processo de construção do documento dará certa autonomia à comunidade escolar.

Pode-se dizer que o PPP é espinha dorsal da escola e, nesse sentido, o Centro de Ação Comunitária (CEDAC), que é uma organização sem fins lucrativos que discute, produz e publica temas educacionais, tece considerações em seu manual orientador para educadores:

[...] O PPP também ajuda na organização do trabalho pedagógico da escola, ao apontar não apenas o que fazer, mas como fazer para que cada um e todos os alunos avancem em suas aprendizagens, contribuindo para a vida social da instituição, superando conflitos e agregando valores humanizadores a todas as relações (CEDAC, 2016, p. 7).

Mediante às considerações do Cedac (2016), o papel do PPP é escrever, guiar, estabelecer ações, metas, estratégias e aspirações da vida social da unidade escolar. Ademais, deve ter como marco fundamental, a participação popular, o ser multicultural, a singularidade e respeitar as multiplicidades humanas que convivem na escola. Nessa temática, a unidade de ensino, em seu PPP, apresenta os processos do Conselho de classe e nele está explícita a participação dos discentes no Conselho, muito necessária e que resulta na criação de espaços de autonomia para os estudantes.

O Colégio Estadual Dom Alano Marie Du Noday apresenta o Projeto Político Pedagógico estruturado em: contextualização histórica da escola e da comunidade; caracterização da comunidade escolar; diagnóstico com base nos indicadores educacionais; missão, visão, princípios e valores da escola; fundamentação teórica e bases legais; plano de ação e avaliação (Veiga, 1995, 2001; Vasconcellos, 2006; Cedac, 2016).

Reafirmando a posição de Vasconcellos (2006), a avaliação do projeto é um ponto relevante e fundamentalmente necessário para a conquista dos objetivos traçados e redefinição dos rumos a serem tomados. Mesmo que se perceba que pouco se evoluiu nesse processo, há que se considerar que o projeto não visa a resolver todos os problemas, mas promover a tomada de consciência, haja vista a longa caminhada. Dessa forma, “[...] valorizar os passos possíveis que foram dados. [...] é uma mediação que ajuda organizar e expressar o desejado e o vivido, tomar consciência da distância entre ambos” (Vasconcellos, 2006, p. 49).

De maneira geral, percebe-se que as escolas possuem autonomia para a construção do Projeto Político Pedagógico, sem considerá-lo uma obrigação, pois é uma oportunidade de crescimento pedagógico e de gestão educacional. Segundo Macedo (2020), outro ponto de reflexão é fazer com que a ação deste documento seja percebida na secretaria da escola, na merenda escolar, na biblioteca, na gestão da escola e, em especial, no processo de ensino e aprendizagem também da disciplina de História.

A SEDUC, do estado do Tocantins, por meio da gestão pedagógica, orienta as unidades de ensino na elaboração do Projeto Político Pedagógico e, posteriormente, publica os documentos do PPP de todas as unidades de ensino em espaço público para acesso das pessoas em geral. A nosso ver, esse processo é muito positivo, uma vez que as escolas públicas devem prestar contas à sociedade pelo trabalho que realiza, portanto, conhecer e analisar o referido documento é de grande importância social.

No espaço da rede de comunicação da SEDUC, há vários documentos orientadores para que as unidades de ensino possam utilizá-los na construção do seu PPP. Os documentos construídos pela gestão da SEDUC apontam um norte de todas as dimensões de gestão e tratam sobre cada uma delas, de forma a orientar as unidades de ensino a reformularem o seu PPP, apresentam, também, um documento orientador com alguns itens que devem compor os projetos da escola, para (re) elaboração e implementação do PPP. Estabelece, ainda, a Instrução Normativa nº 005, de 13 de maio de 2020, um manual de orientações para a Associação de Apoio Escolar e Merenda e sobre o correto descarte de livros, bem como disponibiliza um importante documento com sugestões de fomento à leitura e organização para a biblioteca escolar.

## **A instituição educativa e o Projeto Político Pedagógico**

Quando Magalhães (2004, p. 112) trata de instituições educativas, ele destaca que [...] “as

mudanças em educação [...] são lentas e constituem mediante multidimensionalidades [...] não podem deixar de ser interpretadas como a materialização de preocupações educativas de caráter amplo e profundo, cuja implementação pode ser lenta e conflituosa”. Nessa concepção de Magalhães (2004), o Projeto Político Pedagógico também é compreendido como espaço institucional de debates, cuja implementação é lenta e com muitos conflitos. No entanto, segundo os autores que tratam dessa temática, as discussões podem produzir resultados benéficos para a melhoria da gestão educacional em todos os processos, afinal, é uma construção coletiva, participativa e dinâmica, que aponta o perfil daquela comunidade, as suas vivências e necessidades. Considerando isso, destaca-se algumas informações sobre a Instituição educativa Dom Alano, contidas no seu Projeto Político Pedagógico. Assevera-se que, no documento do PPP de 2023, não é perceptível uma avaliação geral de como ocorreu o desenvolvimento das ações do PPP de 2022, ação necessária e importante para apontar as demandas que se apresentam no atual documento por meio da avaliação do PPP do ano anterior.

O Colégio Estadual Dom Alano Marie Du Noday foi instituído escola mediante a Lei de criação nº 311/91, de 30 de outubro de 1991, autorizado, inicialmente, para ofertar apenas o Ensino fundamental (1ª a 4ª série) e, somente, em 12 de dezembro de 1997, tornou-se Colégio Estadual Dom Alano Marie Du Noday em virtude da implantação do Ensino Médio. Seu nome foi escolhido em homenagem a Dom Alano, o Conde Du Noday, filho da nobreza francesa que chegou ao Brasil em 1928, fixando residência no Rio de Janeiro (Palmas, PPP-Cedamdn, 2023).

Em 1936, Dom Alano foi para o interior goiano, como Bispo Diocesano de Porto Nacional e fundou vários colégios, empenhando-se na educação juvenil. Além de todo o seu trabalho educativo, dedicou-se, também, à saúde e à causa dos mais carentes da sociedade. Por esta razão, Dom Alano está na galeria dos notáveis da História do Tocantins (Palmas, PPP-Cedamdn, 2023, p. 8).

Essa Unidade de ensino está situada na parte central de Palmas e tem como gestor o senhor Givanildo Ferreira Bento. Atualmente, oferta o ensino fundamental do 5º ao 9º ano e ensino médio e a Educação de Jovens e Adultos - EJA, nos períodos matutino, vespertino e noturno (Palmas, PPP-Cedamdn, 2023, p. 02). Possui um total de 734 estudantes matriculados no ensino médio. Como está descrito no Projeto Político Pedagógico-PPP, a missão da escola é garantir uma formação educacional integral e humanizada no ambiente escolar para a busca permanente do conhecimento, contribuindo para o protagonismo de cidadãos críticos, com vistas a sua permanência na vida escolar, para exercerem a cidadania, sendo capazes de agir e interagir na sociedade atual (Palmas, PPP-Cedamdn, 2023).

A referida Unidade de ensino, segundo o PPP (2023), está organizada da seguinte forma para atender os estudantes do ensino médio:

Ensino Médio (1ª 2ª e 3ª séries-Diurno e Noturno): ofertado pelo regime anual, com 200 dias letivos, no período matutino, (entrada às 07h30min, saída às 11h55min) vespertino (entrada às 13h30min, saída às 17h55min), e noturno (entrada às 18h50min, saída às 22h10min) com 05 dias letivos semanais uma carga horária total de 3.600 horas aula, sendo que cada aula tem duração de 50 minutos.

A análise que pode ser efetuada, observando os 734 estudantes nos três períodos, é de que essa Unidade de ensino precisa ter uma gestão presente e atuante. Há muitos profissionais que são necessários para que tudo funcione em tempo, destacando que a escola possui uma estrutura física que necessita de muitas reformas e ajustes para realmente oferecer um espaço qualitativo para uma educação transformadora. Segundo o PPP de 2023, o Colégio possui, em seu quadro de servidores, 40 professores e 55 profissionais que atuam na gestão pedagógica, administrativa, financeira e de serviços administrativos gerais, totalizando 95 servidores (PPP, 2023).

No documento do PPP (2023), o Colégio apresenta um perfil dos estudantes que diferem nos três turnos, respectivamente. No período matutino, os estudantes são de classe média, residem próximos ao Colégio e a distorção idade/série não prevalece. Em contrapartida, os estudantes do período vespertino residem distantes do Colégio, utilizam transportes escolares e públicos e apresentam distorção idade/série. Por fim, no período noturno, os estudantes são jovens trabalhadores de classe baixa, maiores de 18 anos, possuem baixo rendimento e a distorção idade/série é muito acentuada. Nesse sentido, avalia-se que a clientela é diversificada e não é simples fazer a gestão da Unidade de ensino e das salas de aula, devido a essa complexidade (PPP, 2023).

Ao ampliarmos as questões de complexidade, a proposta do ensino médio prevê, segundo o DCT (2022, p. 78), a implementação do novo referencial curricular no Estado do Tocantins, que atenderá ao seguinte cronograma, conforme Portaria/MEC Nº 521/2021,

2022 - Implementação do Documento Curricular, na 1ª série do Ensino Médio. 2023 - Implementação do Documento Curricular, nas 1ª e 2ª séries do Ensino Médio. 2024 - Implementação do Documento Curricular, nas 3ª séries do Ensino Médio. O cronograma contempla também o monitoramento da implementação do Documento Curricular do Território do Tocantins e formação continuada dos profissionais da educação, nos anos de 2022 a 2024.

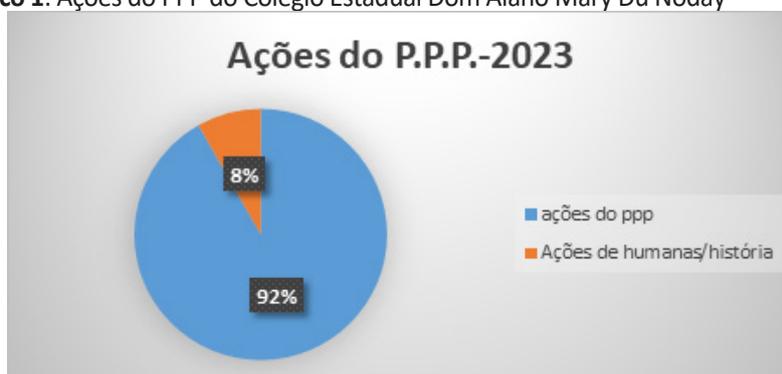
A implantação e implementação da proposta do Novo Ensino Médio no Estado do Tocantins serão finalizadas em 2024, podendo ser reavaliado o resultado dessa nova proposta<sup>1</sup>. Destaca-se que há, em todo Brasil, um movimento de reformulação da proposta que está sendo implantada no País. A SEDUC tem articulado para ouvir os interessados: professores, educadores, pesquisadores, pais e estudantes.

No Novo Ensino Médio, tem-se a formação geral básica, os itinerários formativos, as eletivas e o projeto de vida. As trilhas de aprofundamento dos itinerários formativos são disciplinas que aprofundam aprendizagens de uma ou duas áreas do conhecimento, como comunicação, agronegócio, energia e alimentação.

O documento curricular do novo Ensino Médio prevê 17 trilhas de aprofundamento, sendo: 2 de cada área do conhecimento, 6 integrados e 3 do eixo técnico profissionalizante. Cada escola precisa oferecer, no mínimo, duas trilhas de aprofundamento. Por outro lado, os estudantes podem escolher qual trilha cursar a partir da 2ª série do Ensino Médio. As trilhas de aprofundamento vêm para fomentar a criatividade, a investigação científica, o empreendedorismo e a intervenção sociocultural.

Seguindo a análise em relação ao PPP e à área de ciências humanas e sociais aplicadas, com foco no componente curricular de história, pode-se observar que, no documento do PPP (2023), encontra-se, no plano de ação do projeto, o atendimento às quatro dimensões: pedagógica, administrativa, jurídica e política. Na dimensão pedagógica, acha-se também a orientação educacional. No plano de ação do documento, apresenta-se um total de 56 ações. Em relação às que atendem a área de ciências humanas, ou história, há um total de 5 ações que possuem aderência à área ou ao componente, sendo: Semana de combate à Violência contra a Mulher; Projeto Pátria amada; Povos e comunidades tradicionais: quem são?; Consciência Negra: Juventude negra, e o Segundo Festival do Amor com apresentações artísticas no espaço da escola.

**Gráfico 1:** Ações do PPP do Colégio Estadual Dom Alano Mary Du Noday



**Fonte:** Plano de ação do PPP (2023).

<sup>1</sup> Secretaria Estadual da Educação incentiva a participação na Consulta Pública online sobre o Ensino Médio. Disponível em: <https://www.to.gov.br/secom/noticias/educacao-incentiva-a-participacao-da-comunidade-escolar-na-consulta-publica-on-line-sobre-o-ensino-medio/v2uh24swd11>

Observa-se que as ações voltadas para a área de ciências humanas ou ao componente de história compreendem 8% do total de ações, e são desenvolvidas por todas as turmas. São projetos e ações macros que extrapolam os muros da escola, também estão bem distribuídos durante todo o ano letivo e poderiam ser ampliados. Contudo, há que se considerar o foco da própria proposta desse segmento de ensino, bem como o início dessa jornada pedagógica no desenvolvimento da proposta de implantação e implementação do Novo Ensino Médio. De maneira geral, percebe-se no documento do PPP pouca importância em relação a promover visibilidade à área de ciências humanas e sociais aplicadas e ao ensino de história.

Mesmo sendo um dos objetivos da escola formar cidadãos críticos, este tem se tornado somente uma frase de efeito nas unidades de ensino, e o 'formar com criticidade', além de estar pulsante em todas as ações da escola listadas no documento, deveria se efetivar na prática. Em relação a isso, percebe-se que a Unidade de ensino oportuniza um espaço significativo para o Grêmio Estudantil em várias ações propostas por meio deste ambiente de construção e debate.

## Considerações Finais

As discussões e pesquisas em torno do Projeto Político Pedagógico (PPP) são infindáveis, uma vez que se precisa de elementos para compreender este documento que é o planejamento de todo o processo de gestão da escola. Documento que possui o perfil de cada escola, de cada *lócus*. Assim, nenhum PPP será igual ao outro, pois as escolas, os estudantes e os professores são especiais em cada localidade.

Em relação ao objetivo do estudo desse artigo, que visa discutir sobre a contribuição do Projeto Político Pedagógico no desenvolvimento e fortalecimento da área de ciências humanas no ensino médio no Colégio Estadual Dom Alano Mary Du Noday, localizada em Palmas, Capital do Estado do Tocantins, região amazônica brasileira, concluímos que o Colégio possui uma equipe de gestão integrada e atuante. Verifica-se que a Unidade escolar não possui espaço pedagógico que se possa afirmar que é de qualidade, uma vez que o próprio documento aponta as necessidades de adequações físicas, no entanto, realizam um trabalho eficiente voltado às questões educacionais.

Além disso, anuncia-se alguns problemas que a própria proposta aponta, embora ressalta-se alguns pontos positivos do PPP do Colégio Dom Alano que atendem a área de ciências humanas com projetos macros, que visam oportunizar o desenvolvimento e a participação de estudantes no grêmio estudantil, o que proporciona aos alunos uma experiência mais abrangente e enriquecedora, estimulando seu engajamento com questões sociais e cidadãs. O Colégio, também, possui uma equipe integrada e comprometida com o fazer pedagógico, o que pode favorecer o desenvolvimento de um ambiente educacional mais sólido e eficiente, com foco no desenvolvimento integral dos estudantes. Vale destacar que consta no documento a participação efetiva dos estudantes no conselho de classe e no processo pedagógico da escola. Demonstrando que os estudantes possuem vez e voz no conselho de classe e no processo pedagógico da escola.

No entanto, no que diz respeito ao ensino de história e suas especificidades, observa-se que foram priorizadas ações alusivas às datas comemorativas, com pouco destaque para temáticas que despertam o pensamento crítico e a consciência histórica. Assim, conclui-se que o PPP da unidade de ensino em estudo não contribui para o fortalecimento da área de ciências humanas e sociais aplicadas. Porém, compreende-se que a implementação do novo ensino médio, proposto pela reforma com base na Lei nº 13.415/2017, ainda se encontra em perspectiva, o que pode ocasionar muitas lacunas nas propostas contidas no PPP.

## Referências

CEDAC, Comunidade Educativa. **Projeto político-pedagógico: orientações para o gestor escolar / textos** Comunidade Educativa CEDAC. – São Paulo: Fundação Santillana, 2016.

GADOTTI, Moacir. **Autonomia da escola: princípios e preposições**. São Paulo: Cortez, 1997.

LUCK, Heloisa. **A escola participativa: o trabalho do gestor escolar**. São Paulo: Cortez, 2002.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. **Tecendo Nexos**: histórias das instituições educativas. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004.

PADILHA, Paulo R. **Planejamento Dialógico**: Como construir o projeto político pedagógico da escola. 5 ed. São Paulo: Cortez- Instituto Paulo Freire, 2005.

PALMAS, SEDUC. **Projeto Político Pedagógico**: Colégio Estadual Dom Alano Marie Du Noday-CEDAMDN, Palmas, Tocantins, 2023.

TOCANTINS. SEDUC. **Documento Curricular do Tocantinsv**- etapa ensino médio. Palmas, CEE, 2022.

VASCONCELOS, Celso dos Santos. **Planejamento**: Projeto de ensino e aprendizagem e Projeto Político-Pedagógico - elementos pedagógicos para elaboração e realização. 10 ed. São Paulo: Libertad, 2002.

VASCONCELOS, Celso dos Santos. **Coordenação do Trabalho Pedagógico**: do Projeto Político-Pedagógico ao cotidiano da sala de aula. 7ed. São Paulo: Libertad Editora, 2006.

VEIGA, Ilma Passos. **Projeto Político Pedagógico da Escola**: uma construção possível. Campinas: Papyrus, 1995.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro; FONSECA, Marília. **As dimensões do projeto político pedagógico**. Campinas, SP: Papyrus, 2001.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto político-pedagógico da escola**: uma construção possível. 14ed. Campinas, SP: Papyrus, 2002.

Recebido em 23 de janeiro de 2023.

Aceito em 30 de junho de 2023.